



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CODUSP/LAI 062/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00045 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**UNIDADE:** Diretoria de Ensino de São Carlos

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Questionamento a cerca de todas as atividades desenvolvidas pelo filho da requerente, na disciplina eletiva Projeto de Vida, junto com a professora auxiliar. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

**DECISÃO CODUSP/LAI Nº 062/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e recurso, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei de Acesso à Informação - LAI, o órgão informou que: *"as atividades desenvolvidas pelo aluno O.O.S. estavam à disposição da genitora na reunião proposta a ser realizada no dia 14 de dezembro de 2022, às 16h, na Unidade Escolar. Ainda que a reunião tenha sido agendada pela direção da escola, Srª [REDACTED] negou sua participação, e a reunião, portanto, não aconteceu"* e solicitou que a solicitante realizasse o agendamento com a equipe escolar para ter acesso às atividades realizadas pelo aluno. Insatisfeita, a cidadã interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente informou que o aluno esteve presente em apenas três dias de aula da respectiva disciplina e encaminhou cópia da atividade realizada pelo aluno, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Considerando que o ente atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202301558A